

A formação filosófica do futuro administrador público contra a tecnocracia e o reducionismo cientificista em tempos de políticas baseadas em evidências.

Resumo Simples

A Administração Pública (AP) carece de uma Filosofia da Ciência própria que sustente sua autonomia epistemológica, enquanto reconhecido campo de produção científica, e que prepare seus quadros para lidar com as complexidades atuais e as que virão. Este trabalho questiona se os cursos de graduação formam administradores públicos aptos a reconhecer e operar criticamente com os pressupostos ontológicos, epistemológicos, axiológicos e linguísticos do campo, especialmente frente às exigências das Políticas Informadas por Evidências (PIE) / Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBE). A literatura nos leva a inferir que prevalece a figura do gestor público técnico e operacional, de cariz positivista. Isso não favorece o florescimento do administrador público pesquisador (pensador), que é filosófica e cientificamente capacitado para atuar de forma plural e ampla nas intersecções entre esferas Política, Técnica, Burocracia e Mercado. A originalidade da proposta reside na articulação entre Filosofia, formação profissional e a consideração da abordagem da PIE/PPBE para pensar o *status* científico da AP. Concluimos que a ausência de formação filosófica robusta compromete a autonomia do campo e sua capacidade crítica diante da tecnocracia. O estudo contribui para repensar os currículos da AP e estimular pesquisas que promovam a formação filosófico-científica desde o primeiro ano da graduação.

Resumo Expandido

Apresentamos uma versão de projeto de pesquisa conduzido por duas graduandas em Administração Pública (AP) e seu orientador, um professor de Filosofia. Ambos vêm se dedicando a conceber uma “Filosofia da Ciência (FC) das Políticas Informadas por Evidências / Políticas Públicas Baseadas em Evidências” (PIE/PPBE), enquanto ponto de partida para uma “Filosofia da Administração Pública” por vir. Consideramos que a AP necessite de uma FC própria, de natureza tanto descritiva quanto normativa, com pesquisadores focados em identificar, analisar, orientar e informar seus pressupostos ontológicos, epistemológicos, axiológicos e metodológicos. Todavia, todo esse empreendimento intelectual requer competências, habilidades e conteúdos filosóficos um tanto raros nos cursos de graduação em AP.

Em vista disso, nesta ocasião, tematizamos a formação filosófica nos cursos de graduação em AP, sua relevância e os impactos de sua ausência. Defendemos que o campo da AP só ganhará autonomia e legitimidade se formar pensadores públicos, e não apenas gestores técnicos. O ensino consistente de Filosofia, do início ao fim da graduação, qualifica a formação de administradores públicos. Esses

pesquisadores/profissionais devem ser capazes de contribuir efetivamente para a consolidação da AP como campo científico, bem como lidar com a pluralidade onto-epistemológica dos usos de evidências (científicas, locais, simbólicas, normativas e contextuais), orientados pelo bem comum, pela a democracia e a participação social.

Para encaminhar a clarificação e a justificação preliminar de nossos pressupostos e alegações, no trabalho completo apresentamos a “Filosofia das PIE/PPBE” aplicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Identificamos e analisamos também as competências filosóficas exigidas por Pinheiro (2022) no campo das políticas públicas. Em seguida, comparamos tais exigências ao perfil técnico do gestor público formado atualmente. Por meio desses objetivos, propomos algumas distinções entre a figura do administrador público (enquanto pensador do campo) e do gestor público (enquanto técnico operacional). Para tanto, a abordagem do trabalho é teórico-conceitual, com base em leitura analítica dos textos de revisão sobre epistemologia da AP e recentes publicações sobre PPBE/PIE, especialmente os trabalhos publicados pelo IPEA.

A despeito da presença de disciplinas teóricas na grade curricular da graduação em AP, em geral, a formação de gestores públicos é direcionada por um modelo técnico, operacional, com foco em aplicação, execução e cumprimento de protocolos. A partir disso, problematizamos que esse tipo de formação, embora necessária, é insuficiente. Ela não prepara o estudante para lidar com temáticas de natureza teórico-conceitual e metodológica sensíveis e nada triviais para o campo da AP, a saber: seu *status* epistemológico e o uso de evidências para a validação de decisões em políticas públicas e políticas sociais (PIE/PPBE).

Tais temas exigem uma formação filosófica que ultrapassa os limites da abordagem tecnicista e instrumental de gestores públicos. Basta uma leitura atenta da produção recente para perceber que essa redução curricular é contraproducente e prejudicial ao campo. Revisões de literatura mostram que o campo da AP ainda carece de discussões aprofundadas e qualificadas sobre seu *status* epistemológico enquanto campo autônomo e coeso de produção de conhecimento científico. O campo sofre com a desatualização teórica e conceitual, falta de convergência entre abordagens e de critérios claros de validação do conhecimento, fragmentação e “ruídos” na comunicação, entre outros fatores de instabilidade (De Souza, 2023).

Esses problemas requerem administradores públicos aptos a compreender e mobilizar criticamente pressupostos filosóficos constitutivos de seu campo, especialmente frente ao aumento da demanda por “evidências”. Entretanto, a responsabilidade pela formação filosófica tem sido deixada ao autodidatismo dos

estudantes, ou postergada para algum ponto do curso de pós-graduação, quando o trabalho de pesquisa obriga-os ao trabalho teórico-conceitual de maior complexidade, sofisticação e profundidade.

Por sua vez, a aplicação da abordagem das PIE/PPBE exige capacidades adicionais do administrador público. Ela traz questões e controvérsias filosófico-científicas densas sobre o conceito de “evidência” e do uso de evidências na tomada de decisões no interior das dinâmicas institucionais e do ciclo de políticas. Essas decisões ocorrem em contextos interligados entre as esferas Política, Técnica, Burocrática e do Mercado. O administrador público deve saber transitar de forma consciente, crítica e colaborativa nas interseções entre essas esferas (Pinheiro, 2022).

A desconsideração das complexidades filosóficas das PIE/PPBE tendem a levar ao mero emprego instrumental de dados, e/ou à tecnocracia. As discussões mais avançadas sobre PIE/PPBE nos fazem ver que a tecnocracia é um perigo para o caráter público, reflexivo e democrático da política, pois ela transfere o poder da deliberação sobre políticas públicas para os especialistas e seus números, indicadores e gráficos. Em outros termos, há o predomínio da esfera Técnica sobre a Política, comprometendo a sua legitimidade democrática (Pinheiro, 2022).

Propomos, portanto, reposicionar a Filosofia como uma das bases da formação em AP. Estudos em epistemologia e filosofia da ciência engajada são imprescindíveis, pois preparam o administrador público para intervir criticamente no debate entre tecnocracia e reflexividade no uso de evidências. Isso amplia a capacidade da AP para funcionar como ciência aplicada sem abandonar seus compromissos e suas responsabilidades públicas. Afinal, o que está em jogo é a sempre delicada relação entre Ciência e Democracia, entre as esferas Política e Técnica.

Referências

DE SOUZA, Amanda Nascimento; PETEAN, Gustavo Henrique. Administração Pública: uma Análise do Ato Epistemológico nas Publicações do Tema 09 de APB da EnANPAD. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, p. 76-99, 2023.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli; LUCIANO, Edimara Mezzomo; HENRIQSON, Eder. Em busca do Estado da Arte da Epistemologia da Administração Pública Brasileira: um estudo introdutório. **Anais do IX Encontro de Administração Pública EnAPG 2022, 2022, Brasil.**, 2022.

KOGA, Natália Massaco Organizadora et al. Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. 2022.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Políticas públicas baseadas em evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. 2022.